

Introdução

P psicanalisar o autismo implica defrontar-se com problemas cruciais da teoria psicanalítica, já que a clínica da psicanálise é a sua própria teoria. Mas, particularmente no autismo, encontramos-nos diante de interrogações fundamentais: o processo de constituição do sujeito e suas coordenadas, feminilidade e função materna articulada entorno ao falo, a diferença com as psicoses na infância, a transferência quando a posição implica só um sem outro, e, ainda mais, nas condições de prevalência dos automatismos. Queremos fazer algumas considerações introdutórias a respeito desses temas.

A TRANSFERÊNCIA

Sendo o autismo uma estrutura de exclusão do Outro primordial, não tem como retornar para o autista a pergunta fundamental que convoca o desejo: “*Che vuoi?*” (Que queres?). Essa impossibilidade inicial vulnera

até à criança porque todo ato que se cumpre em relação a ela está capturado num discurso; discurso que se expressa nos movimentos esboçados, nas atitudes do outro, com quem a criança se identifica, orientada pelo desejo materno. Sendo que este desejo se articula no que falta à mãe: o falo, este fica sendo orientador dessas identificações “que utilizam o imaginário como significante” (Lacan, 1970: 91).

É importante sublinhar que a ruptura da continuidade entre a mãe e o filho é permitida a partir da intromissão de um discurso que, operando na mãe a castração simbólica, obriga ambos à referência a um terceiro. É precisamente desta referência que estamos falando quando mencionamos o significante, já que o pai se faz presente através de seu nome que é significante fundamental. Sabemos que este Nome-do-Pai representa a lei da proibição incestuosa, e, por extensão, a restrição do gozo que lança a criança e a mãe no campo do desejo; desejo cujo objeto encontra no falo a simbolização essencial.

Vemos, assim, que estamos muito longe do simples cuidado materno; as coordenadas da constituição do sujeito podem atravessar o campo materno, mas somente a partir de um determinante próprio do campo paterno: o falo, articulador simbólico da lei.

Não se trata de um binômio inicialmente completo, que se rompe depois pela obra do desenvolvimento. Trata-se de uma triangulação edípica que quebra, no início mesmo, toda completude do ser.

Com efeito, a mãe *escreve* sobre o corpo da criança a série significativa que a afeta em relação a ela. Não poderá fazer dele seu objeto erótico e isto gera um traçado descontínuo nas suas aproximações ao corpo da criança. Por isso Lefort nos brinda com essa clara ideia de que "o Outro está incluído na superfície do sujeito; esta é a primeira forma de identificação através da qual o sujeito começa a se constituir como tal, numa forma que devemos chamar de incorporação, com a condição de destacar a sua lógica, ou seja, a sua topologia de superfície." (1983: 59). O Outro faz corte no corpo da criança.

Essa *escritura*, originariamente reprimida, compõem o conhecimento inconsciente que vai permitir à criança de escassos dois anos de idade se lançar no exercício da complicada arte da linguagem com uma habilidade inacreditável. A vertiginosa velocidade com que a criança estrutura sua expressão linguística só tem esta explicação: ela foi concebida como já capturada na rede significativa, e a partir do nascimento mesmo foi recebendo seus impactos.

FUNÇÃO MATERNA

Dedicamos a este tema dois capítulos (5 e 6), porém parece-nos necessário abordar uma questão prévia.

Entendemos que, num sentido estrito, o que faz função é aquele fator que determina todas as outras variações em relação ao qual, por oposição, se diferenciam os demais elementos da operação. Isto se tomarmos como

modelo o que em lógica matemática se chama de função analítica: função complexa infinitamente derivável. É com este sentido que Lacan define a Função do Pai. Porém, “a primeira realidade se constitui sobre o eixo da relação primordial da criança com sua mãe, ainda que seja impossível aplicá-la unicamente pelo vínculo do desejo com um objeto que pode ou não satisfazê-lo”, nos diz o próprio Lacan (1970: 91). “De fato, a criança se interessa, primeiro, por toda classe de objetos antes de fazer esta experiência privilegiada que temos descrito com o nome de fase do espelho...” (*ibidem*). E este interesse da criança está orientado pelo desejo materno, que recorta o mundo em concordância com o discurso do qual é mediadora. Discurso da mãe, mediadora do pai interditor (*ibidem*: 89), que metonimiza na relação ao filho o que o Nome-do-Pai metaforizará.

A ideia de que o significante inaugura toda identificação e significa toda relação de objeto ainda no nível primordial resgata o papel essencial que, para a função simbólica e para a triangulação edípica, o próprio Freud reservou em toda teoria psicanalítica. No entanto, devemos assinalar que, no seu papel de mediadora, a mãe particulariza o modo da alternância ausência/presença do outro que se oferece no campo do semelhante para o espelhamento. Ao mesmo tempo representa o Outro primordial, encarnando, na situação, a historicidade que articula a metáfora paterna, colocando sobre o filho a pontuação que lhe confere sua significância. Há, sem dúvida, um olhar materno que, se não pode ser nomeado como função, num sentido estrito, pode ser chamado de

função no sentido descritivo do papel que lhe cabe como primeiro objeto que se oferece a ser simbolizado (Lacan, 1970: 99).

Ainda nesta questão vale a pena insistir na diferença que há entre este ponto de vista e as teses winnicottianas que colocam o acento nos cuidados maternos. Fica claro que a mãe que cuida não é a mesma que deseja. "Além do que o sujeito demanda, além do que o outro demanda ao sujeito, está o que o outro (a mãe) deseja." (Lacan, 1970: 115)

Trata-se precisamente de que o "desejar ao filho" gira em torno da forma como, na mãe, se estabelece a falta. Por isso toda relação com a criança parte de uma falha e uma irremissível incompletude. Mãe e filho não se suturam numa complementariedade satisfatória. Muito pelo contrário, reengendram, na dialética de seu desejo, uma brecha que o significante se esforçará em recobrir na mesma hora em que sua marca desgarrar mais uma região do imaginário.

Miller descreve com precisão: "a mãe desejante não é o personagem da mãe, mas o que deve ser captado a partir de sua função e seu matema: se dispõe em torno ao Outro barrado, ao Outro dotado de uma falta. Toda clínica de Winnicott tenta desenvolver o que acredita ser a norma do desenvolvimento: um Outro sem falta que a criança complete de modo singularmente adequado." (Miller, 1984: 117)

Como se pode perceber, a questão mãe-filho para Winnicott se resolve no real e no imaginário. Falta em tal postura o ordenador simbólico: o falo.

AS PSICOSES NA INFÂNCIA

As psicoses infantis, segundo Winnicott, encontram sua explicação na ausência materna, sendo que, na verdade, elas até poderiam ser explicadas pela sua constante presença.

O eixo está fora de lugar: não se trata de sua presença ou ausência, mas da alternância delas e do modo particular do exercício materno, arquitetado, como desejo, por um discurso que a transcende.

“Como situa Lacan, no seu esquema, o desejo da mãe? Precisamente como a mãe que nem sempre está ali, como a que pode faltar à criança, ou seja, a que pode se interessar por outra coisa.” (Miller, 1984b: 124)

“A referência a Winnicott é útil afim de compará-lo com Lacan. A psicose (para ele) não está relacionada com a preclusão do Nome-do-Pai, se não com a quebra do cuidado materno.” (*ibidem*: 125)

Mas queremos entrar em maiores precisões. Surge a necessidade porque a clínica do autismo nos parece diferenciada do resto das psicoses precoces. E, curiosamente, observamos também em outros autores o retorno do tema da ausência materna, ainda que sob outros ângulos que o de Winnicott. Partamos da definição de Lacan: “Que é o fenômeno psicótico? A emergência na realidade de uma significação enorme que parece uma insignificância; na medida em que não se pode vinculá-la

a nada, já que nunca entrou no sistema de simbolização, mas que, em determinadas condições, pode ameaçar todo o edifício". (1984: 124)

Esta significação enorme pode situar a criança como ancorada no espelhamento unívoco à mãe, em cujo o caso seria psicótica, ou bem pode impedir qualquer acesso ao estágio do espelho. Pensamos que, no autismo, estaríamos neste segundo caso.

Dominique e Gerard Miller parecem coincidir com esta perspectiva quando, analisando o caso de Joey, apresentado por Bettelheim (1981), dizem: "A causalidade psíquica do autismo de Joey está regida, efetivamente, pelo seu exílio da dialética do desejo." (1984: 80); exílio que coloca Joey diante uma função materna que não se exerce, porque ele, sendo objeto, não é, porém, causa de desejo; fica então como puro real.

O mesmo traçado sublinha Cordié a respeito do caso de Sylvie, que, ao sete meses perde sua mãe, sendo que "esta separação vai se converter num fator desencadeante da psicose. A menina se converte em autista" (1964: 62-3). E ainda detalha: "É verdade que a substituta da mãe, pelo seu comportamento, causou a ruptura do vínculo ainda frágil da relação com o Outro. O processo de simbolização fica detido... Aqui nos achamos antes do estágio do espelho e muito longe do Édipo." (*ibidem*)

Nessa mesma direção se situam as observações de Godino Cabas (1980), citado em nossas conclusões a propósito das psicoses de ausência.

Assim, parece-nos que a percepção da ausência da mãe se impõe com tanta frequência na clínica do autismo que merece ser tratada com todo cuidado. Por isso, dedicando nossas observações a este aspecto do problema, resgatamos uma repetição: a ausência não da mãe, mas a radical ausência do desejo materno em relação ao filho autista.

De modo que o filho não entra na equação nem mesmo como falo presente, mas como exclusão total de uma mãe cuja função aparece previamente suturada.

Assim não somente se registra a ausência da função que faz o Outro, mas também da função derivada da primeira: do espelhamento. Acontece que o outro circula no imaginário que deixa o filho de fora. Todo significante opera, então, lançando-o ao campo do real, deixando a criança sem marca.

Este trabalho tem uma pequena historia que vale a pena lembrar. Iniciamos nossa prática terapêutica com crianças autistas numa perspectiva ana-freudista e pedagógica piagetiana inspirados, em parte, nos cuidados médico-neurológicos que estes pacientes recebem. A tarefa de equipe junto a mais de cinquenta colegas dos Centros "Lydia Coriat" de Buenos Aires e Porto Alegre representou um valioso *forum* de revisão constante de nossa prática clínica. Assim, essa prática inicial por seus resultados, que mostravam grandes riscos de mecanização das crianças, mereceu uma análise crítica que nos levou a buscar referenciais que valorizassem os aspectos imaginários. Apelamos, nessa segunda etapa, aos conceitos

winnicottianos, defrontando-nos com os efeitos de uma recuperação da ligação afetiva com a mãe, sem ordenamento simbólico: as crianças autistas transformavam-se em verdadeiros tiranos dos pais, apresentando características psicóticas não-autistas. Num tipo de clínica na qual a recuperação dos pequenos pacientes é difícil, não renunciamos a continuar procurando os eixos de uma intervenção psicanalítica mais apurada.

Assim, ajudados pelos avanços conceituais produzidos pela psicanálise nestes últimos anos, chegamos às formulações freudiano-lacaniana, de cuja prática hoje tentamos dar conta.